

Boletim Número 70

Data: Janeiro-Fevereiro-Março/2016

EDITORIAL

O Boletim nº 70 oferece ao público leitor, nas colunas *Em Foco*, um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no primeiro trimestre de 2016. O primeiro artigo da referida coluna apresenta uma análise crítica do interesse das grandes corporações de petróleo em modificar as regras do Pré-sal. O segundo artigo versa sobre o resultado do plebiscito na Bolívia que barrou a possibilidade de reeleição de Evo Morales. Posteriormente apresentamos um terceiro artigo que resume a crítica de Bernie Sander contra o neoliberalismo. O quarto artigo da referida coluna trata de como vem sendo encaminhada a reversão à direita de diversos países latino-americanos. Por fim, o quinto artigo apresenta um panorama histórico da atuação da Ditadura Militar nas favelas cariocas.

Apresentamos também, nas colunas Espaço Aberto, dois artigos de participantes da equipe PROEALC, a saber: 1) “A materialidade do conceito de ideologia: aportes sobre o tema”, por Arthur Montilho A. Batalha e Maryanna de Souza Moraes; e 2) “Conjuntura Nacional: uma análise sobre a crise política e econômica brasileira”, por Kelvin de Aguiar Santos.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Multinacionais pressionam contra regras do pré-sal

Atuais regras direcionam recursos do petróleo para saúde e educação do país

Por: Pedro Rafael Vilela
02/02/2016

Poucas vezes o petróleo esteve com um preço tão baixo. O barril mais comum tem variado próximo a 29 dólares nas cotações mais recentes. Cenário drasticamente oposto ao de anos anteriores, quando a cotação girava acima dos 100 dólares. Esse cenário tem sido o combustível para que a imprensa comercial brasileira estampe em suas capas o fim do pré-sal brasileiro, cuja produção teria deixado de ser vantajosa. Será isso mesmo?

O **Brasil de Fato** conversou com trabalhadores e especialistas do setor para entender os interesses envolvidos. De um lado, setores empresariais atuam no país para rever regras do setor. Eles querem acabar com o modelo de partilha. Esse modelo tornou a Petrobrás a operadora única dos consórcios que atuam nas reservas, além de estabelecer um Fundo Social soberano.

Esse fundo aumenta a arrecadação do Estado e destina esses recursos para gastos sociais, principalmente saúde e educação, áreas subfinanciadas no Brasil e alvo das principais reclamações da população. O contrato de partilha ainda favorece compras e encomendas de produtos fabricados e desenvolvidos no país, impulsionando a indústria local e gerando empregos.

As multinacionais querem mudar esse cenário. Representantes do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) se reuniram nessa semana com a presidenta Dilma Rousseff. Na pauta, um pacote de medidas para estimular o setor, que incluem pedidos de isenção de impostos e flexibilização das regras que obrigam as empresas a comprarem parte de seus produtos da indústria brasileira. As medidas negociadas só devem ser anunciadas nas próximas semanas.

“O que existe é um movimento que, aproveitando que o petróleo está em baixa, pedem mudança nas regras do pré-sal diante da vulnerabilidade do Brasil. Ora, se o pré-sal não está mais vantajoso, por que eles querem que a Petrobrás deixe de ser operadora única? No fundo, eles sabem que o preço do petróleo não vai ficar muito tempo nessa faixa dos 20 dólares e voltará a subir no médio prazo”, aponta Paulo Metri, conselheiro do Clube de Engenharia e especialista no tema de petróleo e gás.

O coordenador da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Emanuel Cancelli, destaca que não só a Petrobrás, mas todas as petroleiras estão vendo suas ações caírem nesse momento. “Nos EUA, a indústria do petróleo de rocha, que seria uma alternativa, está parada porque ela só se viabiliza com barril de petróleo a 60 dólares. O Brasil consome 2,2 milhões de barris de petróleo por dia. Já os EUA consomem nada menos do que 22 milhões por dia. Nos próximos 50 anos, o petróleo continuará sendo a principal matriz energética”, analisa.

Enfraquecendo a Petrobrás

O outro lado da moeda tem a ver com a atual gestão da Petrobrás. A opção de vender parte de suas empresas, como a Gaspetro, a BR Distribuidora e a Braskem – para fazer caixa em uma empresa endividada –, pode ser um tiro no pé, avalia Metri. “Com o mercado em crise, esses ativos serão vendidos a preços muito baixos. Com isso, o preço do barril de petróleo tende a se valorizar muito depois, já na mão de outras multinacionais”, explica.

Os trabalhadores do setor também defendem outras saídas para a crise financeira da Petrobrás. De acordo com Cancelli, uma opção seria a obtenção de empréstimo junto ao banco do Brics, instituição que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. “Outra alternativa seria vender petróleo numa chamada conta futuro para a China. Ela importa muito petróleo e daríamos garantia de fornecimento do petróleo do pré-sal a preços de mercado, sem necessidade de desfazer do patrimônio da Petrobrás. A China adiantaria um dinheiro para a Petrobrás voltar ao patamar financeiro de outubro de 2014”, argumenta.

- **Pedro Rafael Vilela** é jornalista.

Link: <http://antigo.brasildefato.com.br/node/34054>

Em Foco II

Referendo constitucional na Bolívia: nem polarização, nem divisão

A polarização não existe na sociedade boliviana: ela foi teatralizada na mídia, incentivada pelos atores políticos, mas não foi encarnada pelo eleitorado.

Fernando Mayorga*

24/02/2016

O resultado do referendo que se realizou no último dia 21 de fevereiro, a respeito da reforma do artigo 168 da Constituição Política do Estado Plurinacional boliviano, mostra um quadro relativo de perdedores e ganhadores.

As redes de televisão e os jornais convencionais difundiram resultados obtidos mediante “pesquisas de boca de urna” ou “contagem rápida”. Resultados extraoficiais que davam uma vantagem ao NÃO com diferença 2% e 5%, dependendo do meio. Enquanto os analistas midiáticos explicavam as razões e efeitos da votação, apoiados num gerador de caracteres que reiterava: “virtual vitória do NÃO”; os seguidores de prefeitos e governadores opositores festejavam o triunfo nas ruas de algumas cidades, avisando que os dados reais ainda precisavam confirmar o que ainda era uma suspeita, sujeita à margem de erro e a apuração oficial. Os chefes de partidos opositores com representação parlamentar foram mais severos e começaram a “denunciar fraude” se as cifras finais da contagem oficial não concordassem com os números das empresas que faziam a boca de urna.

O governismo, através do vice-presidente Álvaro García Linera, usou o critério de “empate técnico”. Apesar de ter utilizado um termo equivocado – mencionou a possibilidade de uma “drástica modificação” – insistiu no carácter do referendo: um voto define o resultado. A postura do MAS (a coalizão governista Movimento Ao Socialismo) não era pessimista, já que mais de 10% dos recintos eleitorais estão em zonas rurais distantes, que não são captadas pelas bocas de urna por carências técnicas. É necessário recordar que o comportamento eleitoral nessas comunidades foi sempre favorável ao MAS, com uma votação de 75% em média nas eleições presidenciais de 2005, 2009 e 2014. Também deve se incluir o voto no exterior, que embora tenha mostrado um elevado ausentismo, podia incrementar a opção pelo SIM, sobretudo na Argentina, que tem o maior número de inscritos. Por essas razões, a apuração estava sob a sombra de Alfred Hitchcock – ou, em termos de cultura andina, poderia ser dilucidada lendo folhas de coca. Logo, o aconselhável era esperar que a contagem oficial de votos transcorresse sem pressões e desdramatizar o cenário político, porque o comportamento eleitoral da cidadania mostra que a moderação e o equilíbrio são os padrões dominantes de sua conduta política, e que, independente do desenlace desta conjuntura, não existem vencedores nem perdedores absolutos. E esse é o ponto de partida de um balanço cauteloso do processo de referendo constitucional realizado neste 21 de fevereiro.

Em primeiro lugar, não existe polarização na sociedade e a imagem de “país dividido” é uma figura retórica sem sustentação. A polarização ideológica se manifestou no discurso dos atores políticos que evitaram a deliberação argumentativa e optaram pela desqualificação do adversário. As forças opositoras defenderam, de maneira efêmera, a consigna de “campanha cidadã”, mas logo adotaram outro tipo de postura, porque esse campo disperso e fragmentado (“a oposição”) se tornou uma arena de disputa quando as sondagens preliminares mostraram a supremacia do NÃO na opinião pública urbana. A competição por absorver individualmente a rejeição a Evo Morales definiu seu comportamento sob o predomínio de uma radicalização discursiva. Essa tendência se exacerbou nas redes sociais virtuais devido ao conteúdo das mensagens cuja viralização foi maior quanto mais ofensivas eram as palavras e as imagens – sobretudo nos memes – dirigidas contra a figura presidencial.

As campanhas pelo NÃO foram mais vigorosas nesse âmbito, se confundindo com a ação dos usuários – alguns fictícios – que elaboraram e difundiram um conjunto de prejulgamentos que substituíram o tema da consulta em si, dando lugar às denúncias sobre suposta corrupção governamental e inclusive, como noticiou um site, sobre um “escândalo sexual”. Pela primeira vez, a agenda midiática foi definida pelo Facebook e pelo Twitter, e os meios convencionais se transformaram em caixas de ressonância: inclusive no dia da votação, visto que não existem restrições ao uso das redes sociais. A polarização, nesse circuito comunicacional foi incentivada por alguns promotores do NÃO: redes sociais virtuais, rádios, canais de televisão e jornais (alguns publicaram uma “pesquisa flash” de duvidosa qualidade, que dava ampla vitória ao NÃO).

Por sua parte, o MAS impulsionou uma fictícia polarização de carácter convencional, porque enfocou seu discurso na intromissão norte-americana, o retorno do neoliberalismo e dos partidos tradicionais, na guerra suja da direita e em outros termos usuais. Essa estratégia pretendia provocar um cenário de polarização política – favorável a Evo Morales no passado – sem perceber que nessa disputa não existia um adversário definido, e que o eleitor não estava escolhendo entre Evo e um oponente mas sim entre a possibilidade ou não de sua permanência no poder por mais uma década.

Una curiosa figura: Evo versus Evo

Entretanto, o domingo foi um dia normal, menos intenso que nas jornadas de outros anos, porque na maioria dos recintos eleitorais não havia emblemas nem vestimentas de cor verde – SIM – nem de cor vermelha – NÃO –, e as divergências entre adversários foram anedóticas. Então, a polarização foi teatralizada na mídia e nos smartphones, incentivadas pelos atores políticos, embora sem se encarnar no eleitorado. Uma população que, em várias oportunidades, demonstrou sua autonomia de ação no exercício de sua cidadania política. Uma importante porção do eleitorado não é cativa das interpretações partidárias, e demonstrou isso em repetidas ocasiões, como nas eleições regionais de março de 2015 – cinco meses depois de dar maioria absoluta a Evo Morales –, quando optou por eleger prefeitos e governadores opositores nas cidades e províncias mais importantes do país.

Essa avaliação conduz a questionar a ideia de “sociedade dividida” como expressão da polarização política entre o governo e a oposição. A concentração de votos na opção NO nas cidades e o apoio majoritário ao SIM nas zonas rurais mostra uma distribuição territorial das preferências eleitorais, mas é meramente uma “divisão da votação”, porque o eleitorado deveria optar entre duas alternativas. O apoio de setores populares a Evo Morales é constante, assim como o repúdio dos setores urbanos das classes média e alta. A vitória do SIM em somente três dos nove departamentos (regiões) significa o desempenho eleitoral mais fraco do MAS desde 2005. Ainda assim, a pequena diferença no resultado geral do referendo relativiza a ideia de uma “divisão na sociedade”, já que se tratava de uma consulta para reforma constitucional parcial, e não de uma eleição presidencial, apesar do carácter semiplebiscitário, talvez graças à carência de um debate programático.

A partir dessa leitura, reitero a ideia de partida de minha análise: a equilibrada distribuição de referências eleitorais, denota um quadro de perdedores e ganhadores relativos.

Em primeiro lugar, porque o MAS mantém o apoio da metade do eleitorado, embora deva resolver o problema da falha na sincronia da organização de suas campanhas, já que manteve a fortaleza de sua rede organizativa sindical/popular de base territorial, mas careceu de capacidade para se adaptar às novas condições discursivas impostas pelo uso das redes sociais, algo que não pode desdenhar no futuro, se consideramos que existem dispositivos de telefonia móvel que eleitores registrados utilizam, e que os usuários majoritários são jovens e vivem sob novos códigos discursivos e outra estética comunicacional. Se o MAS não obtém a capacidade para viralizar seu discurso, não romperá essa barreira, que crescerá mais e mais até 2019. Encarar esse anacronismo é um desafio crucial. Ainda mais agora que Evo Morales não será o candidato presidencial em 2019.

A respeito dos saldos negativos para o MAS, sobressai a deterioração da imagem do presidente, submetido a uma super exposição, pela diversidade de críticas (desde a economia até o respeito à Constituição, e sem deixar de incluir as relacionadas à sua vida privada) lançadas pelos promotores do NÃO e que contrastava com a monotonia da convocatória governista: continuidade do “processo de mudanças” sob o comando presidencial de Evo Morales como garantia de estabilidade política e social. É evidente que se trabalhou para

desconstruir a popularidade de Evo Morales, que mesmo nas pesquisas negativas a respeito do referendo, superava o 65% de aprovação como presidente.

Também é evidente que o laço carismático com seus seguidores não se perdeu, e esse capital político pode ser a base da estratégia do MAS, visando as mesmas eleições gerais de 2019, já que Evo Morales escolherá seu sucessor como candidato presidencial e propiciará que o sucesso de sua gestão governamental seja o reflexo da fortaleza do seu partido, enfrentando um contexto econômico adverso. Nessa espécie de analogia com o comportamento de Lula no Brasil, Evo Morales pode optar por se tornar um “guardião do processo de mudanças”, enquanto fortalece sua imagem global como líder indígena e sua fama como uma figura política que transita nas fronteiras do formal e do informal. Assim, poderia retornar como candidato em 2024, para anunciar a realização da Agenda Patriótica do Bicentenário em 2025, o tema central de sua campanha no referendo de domingo passado.

Essa possibilidade depende das estratégias dos atores políticos que configuram um novo campo opositor. A votação a favor do NÃO foi uma vitória que demonstra que a articulação de posições contrárias ao MAS pode alcançar uma maioria inédita – quase a metade do eleitorado –, mas se trata de uma maioria fictícia, que se tornou, no dia seguinte, um campo de disputa entre prováveis candidatos de variados matizes, um amplo leque que inclui os governadores de La Paz e de Santa Cruz: Félix Patzy, que proclama a recuperação da vertente comunitária indígena debilitada pela “traição” do MAS, e Rubén Costas, que esboça um discurso convencional de liberalismo antiestatista, e que, no passado, promoveu as autonomias departamentais como antítese do projeto de Estado Plurinacional. Não obstante, um fato central deste processo eleitoral foi o surgimento de duas novidades cuja deterioração é incerta. Por uma parte, alguns segmentos da cidadania fizeram um uso político das redes sociais como manifestação do exercício de sua ação autônoma. Embora não seja possível equiparar esse desempenho com os casos emblemáticos de “política viral” na Grécia, na Espanha, no Egito e no México – para ficar em alguns exemplos –, ele pode se traduzir no germe de novas modalidades de ação política, à margem dos partidos, o fermento de lideranças alternativas.

Por outro lado, o “vazio” provocado pela desaparecimento do Movimento sem Medo (MSM) – um partido de esquerda que rompeu com o MAS, depois de ter apoiado Evo Morales durante vários anos, e que perdeu seu registro em 2014 – foi ocupado por uma agrupação informal de personagens políticos que estiveram nas filas do MAS em diversos momentos, ou que têm um perfil progressista. Tiveram notável protagonismo nesta campanha, como agudos críticos do governo, recuperando a ideia de “recondução do processo de mudanças”, reivindicando o outrora defendido pelo MSM e incluindo a alternância presidencial como elemento central de sua proposta: “nova oportunidade”, em alusão ao NÃO. Junto com essas novidades, devem ser citados também o fato de que os chefes dos partidos com representação parlamentar, todos em evidência na campanha através das redes sociais, também foram estigmatizados e rejeitados, quando tentaram se apresentar como alternativa ao MAS e a Evo. O jogo está aberto.

* Fernando Mayorga é professor e investigador da Universidade Maior de San Simón, Bolívia. Foi coordenador do Grupo de Trabalho da CLACSO “Cidadania, organizações populares e representação política”.

Link: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Referendo-constitucional-na-Bolivia-nem-polarizacao-nem-divisao/6/35562>

Em Foco III

Bernie Sanders e a razão neoliberal

O impacto profundo de décadas de neoliberalismo gerou uma desigualdade extrema, abrindo uma brecha insuportável entre negros e brancos, ricos e pobres.

Ángel Luis Lara

Como vê os movimentos sociais e o que resta do movimento Occupy Wall Street com respeito à candidatura de Sanders? Pode fazer uma breve radiografia desse espaço nos Estados Unidos e como ele se posiciona politicamente?

Nos Estados Unidos não existe realmente uma esquerda institucional, nem no âmbito das identidades políticas, da mera retórica ou dos significantes. Existem unicamente duas opções, que apostam decididamente pelo exercício de uma governabilidade neoliberal.

Cada uma dessas opções, a republicana e a democrata, representa de certo modo um tipo diferente de modelo de acumulação. Ambas representam uma ruptura por cima, expressando dois tipos de elites diferenciadas, com interesses e inclinações éticas e estéticas diferentes. Nos tempos do último governo de Bill Clinton, começou a se falar na batalha da família do petróleo e da indústria armamentística contra a família do financismo, da Internet, das novas tecnologias e das energias renováveis.

De qualquer forma, é um conflito interno à ordem existente. Democratas e republicanos constituem opções que vivem presas à fidelidade para com a lógica neoliberal como único horizonte de sentido e princípio de realidade. Por isso são incapazes de propor uma saída, nem real nem fictícia, à irreversível crise sistêmica pela qual transitamos, e que em poucos anos vai a derrubar por completo o fraco equilíbrio que sustenta o crítico estado de coisas presente.

O Occupy Wall Street supôs precisamente a possibilidade da demanda coletiva por uma ruptura com essa ordem de coisas e com esse universo de sentido. O interessante é que não partiu de um discurso ideológico, mas sim da materialidade de um diagnóstico do presente, que marcava essa ruptura com os parâmetros tradicionais de constituição de fatos políticos nos Estados Unidos como necessidade ineludível para a sobrevivência.

Pela primeira vez em décadas surgia um agente político que, a margem não só do sistema de partidos mas também das formas tradicionais de codificação e institucionalização do dissenso nos Estados Unidos, punha sobre a mesa do debate público a necessidade de uma mudança geral de sentido. Occupy moveu uma energia que conectou com o estado de ânimo de milhões de pessoas no país.

Com um rasgo étnico bastante notável, e uma composição social muito limitada, o movimento funcionou como um exercício de enunciação cujo efeito, que usualmente seria a capacidade de “mudar o rumo da conversa”, aparentemente só foi capaz de produzir uma intervenção real na ordem do semântico. No entanto, Occupy, ainda cheio de limites e problemas, modificou radicalmente a ordem do simbólico e tornou possível enunciar e pensar coisas que antes eram impossíveis ou impensáveis. Seu valor nesse sentido resulta vital.

Não obstante, fruto de seus limites, o movimento Occupy foi incapaz de obter sua própria continuidade. A aposta de Bernie Sanders e a energia que está mobilizando por todo o país representam, precisamente, um veículo hipoteticamente capaz de dar essa continuidade à energia ativada pelo movimento.

Tanto Bernie como Occupy se fortalecem a partir da capacidade para mobilizar a imensa decepção gerada pelo profundo caráter perverso de Obama. A sorte de Bernie Sanders depende, precisamente da fidelidade à energia e à ética ativada pelo Occupy, não para ganhar a nomeação a concorrer à presidência dos Estados Unidos pelo Partido Democrata (algo altamente difícil), mas sim para possibilitar a continuidade e a organização política de uma razão que se imponha contra a ética neoliberal, independente do que ocorra nas eleições e dos modos tradicionais de prática e representação política.

Neste sentido, Bernie não opera tanto como um político tradicional em busca de votos, mas está funcionando como uma ferramenta que talvez saiba que, ainda que sejam importantes, as eleições de novembro não são nem o objetivo final nem o ponto de chegada. Esta campanha pode servir de trampolim para colocar uma primeira pedra de uma mudança geral de sentido capaz de articular nos próximos anos, o princípio de um movimento cidadão massivo, por mudanças realmente democráticas nos Estados Unidos.

Somente derrubando decididamente a lógica eleitoral e a representação da lógica neoliberal se pode ativar uma ação política até as últimas consequências, e Bernie poderá funcionar como essa ferramenta necessária e oportuna. Em certa medida, seu discurso ao longo da campanha apela em alguns momentos a isso.

Sua insistência em destacar a necessidade de um movimento democrático massivo e em centrar o sentido de sua campanha em “Bring People Together” (“Fazer o povo se unir”), a construção de uma multitudinária comunidade de sentido comum, em rebeldia, capaz de desbordar os limites do estabelecido, está mostrando, de alguma forma, que desafiar realmente a razão neoliberal não passa tanto por intervir na esfera da política formal, e sim por ativar processos capazes de mobilizar uma espécie de potência antropológica, que rompa com a cultura de solidão, da impotência, da competitividade e da individualização que assola toda forma de vida nos Estados Unidos.

A racionalidade instrumental, a lógica do capital humano e da qualidade em forma de mercadoria não são mais instâncias exteriores que disciplinam a vida dos indivíduos, elas operam como razão interior, penetrou a vida e se tornou corpo, passou a conformar o ethos básico e generalizado de toda a existência nos Estados Unidos.

Não é no campo da política formal e das eleições onde se joga a partida decisiva por rasgar a poderosa rede com a que a razão neoliberal tem atuado para modificar a vida. Não digo que não possa resultar importante atuar sobre a mesma, o que aponto é que não seria o campo de batalha decisivo. O que está em jogo hoje em dia nos Estados Unidos são coisas vitais, como a extinção da sociabilidade ou a impossibilidade definitiva do amor. Temo que isso não se combate num parlamento ou a partir da conquista de um poder executivo ao que, por certo, já lhe foi tirada a capacidade real de governar.

Comunicativamente, como você vê a campanha de Sanders? Por que consegue tanto apoio?

O impacto profundo de décadas de regime neoliberal gerou níveis de desigualdade social extremos, segregando ainda mais a sociedade estadunidense, abrindo uma brecha insuportável entre negros e brancos, ricos e pobres, ao mesmo tempo em que transformou o endividamento massivo das pessoas e das famílias numa prisão irrespirável para milhões de estadunidenses.

A crise iniciada em 2008 só fez acelerar e intensificar um mal-estar que causando uma enorme erosão em alguns dos mitos básicos do universo simbólico e as narrativas que sustentavam o projeto de país em torno do qual as elites dos Estados Unidos tinham imposto uma legitimidade e um consenso inquestionáveis.

Além de poder funcionar como ferramenta, Bernie Sanders é, sobretudo, um sintoma do carácter profundo e extenso desse mal-estar.

De igual modo, a potência mobilizadora expressada pelo Tea Party anos atrás, entre uma parte significativa da população branca de classe trabalhadora, havia sido já o primeiro sintoma da profundidade desse mesmo mal-estar, como se vê hoje na popularidade do próprio Donald Trump, entre outros.

Bernie Sanders, como antítese de Trump, coincide com ele no papel sintoma da crise profunda de sentido que transita pelos Estados Unidos. Eles representam o enorme desafeto de milhões de pessoas com Washington e com o sistema de partidos vigente no país.

Ambos se apresentam como outsiders, assim como o fez Obama, que se colocou nessa mesma condição em sua estratégia eleitoral, a que o levou à Casa Branca, em 2008.

O valor da campanha de Bernie tem sido, precisamente, ter a capacidade de ativar a ilusão de muita gente, tirando delas a desilusão e a decepção provocada pelo carácter profundamente sistêmico de Obama, e ao mesmo tempo conseguir disputar a hegemonia com Trump e o Tea Party, na mobilização do descontentamento e do mal-estar social existentes no país.

Porém, essa capacidade, expressada de maneira eficaz por Bernie Sanders, não servirá para nada se não consegue ter continuidade, para se constituir num movimento cidadão que atue independente da sorte eleitoral que sua candidatura possa ter. Esse é, talvez, o maior limite que deverá encarar esse desejo de mudança radical representado por Bernie: seu marcado carácter eleitoral corre o risco de ficar preso na racionalidade eleitoral, como mera mobilização temporária das emoções coletivas, sem capacidade de dar uma continuidade além da representação política e do ciclo eleitoral.

O outro limite do projeto de Bernie é, talvez, o carácter impossível de sua aposta de governo. Com um sistema

político completamente amarrado, que sujeita o poder executivo aos desígnios de um legislativo nas mãos dos republicanos, das corporações e dos setores mais radicalmente conservadores do país, o exercício do governo resultaria ser simplesmente impossível.

Talvez por isso Bernie apele sempre à construção de um movimento cidadão, capaz não só de ganhar as eleições mas também de ativar uma revolução democrática, que desaloje os republicanos e as corporações do Congresso e do Senado. Sem esse movimento, o projeto institucional de Bernie é totalmente irrealizável.

Por outro lado, o sucesso da campanha de Bernie Sanders descansa numa comunicação protagonizada pelas pessoas comuns. Se trata, sobretudo, de uma campanha feita e financiada pelas pessoas que apoiam essa ideia. Só depois das campanhas viralizadas, do boca a boca digital, do caráter massivo das micro doações bateram todos os recordes na história eleitoral estadunidense, e do impacto dessa energia em algumas das primárias, os meios de comunicação massivos começaram a levar Bernie Sanders realmente a sério.

A forma de movimento está sendo vital para o fenômeno Sanders, como também o foi na primeira campanha de Obama, em 2008. Contudo, Bernie não é Obama. Não só é um político com décadas de história em defesa daquilo que ele está propondo ao país agora, como tem demonstrado, ao longo da campanha, que é capaz de escutar, de incorporar propostas, sensibilidades, e que, quando é preciso, assumir a autocrítica. Há pouco marketing em Bernie, e embora o mais surpreendente, em se tratando de um político, é que até o momento ele transmite uma boa dose de verdade. E destaco, “até o momento”. Como dizem por aqui, “isto é a América e nada é o que parece, baby”. Já sabemos o que costuma acontecer quando confiamos cegamente nos políticos.

O mundo hispano/latino vai apoiar a sua candidatura?

O mundo hispano/latino não existe. Existem muitos mundos culturais, sociais e políticos dentro da população latina. Um americano-cubano acomodado de Miami não é o mesmo que um imigrante indocumentado que trabalha como peão na indústria agrícola da Califórnia, ou a mulher que mal vive com três trabalhos no Novo México, por citar somente alguns exemplos que habitam mundos enormemente diferentes.

Há uma diversidade de formas de vida, de condições existenciais e de posições dentro da estrutura social do país, entre as pessoas e os coletivos hispanos ou latinos. Essa circunstância nos obriga a não admitir como válido nenhum raciocínio que nos imponha um universo de sentido homogeneizado e único.

Não obstante, há talvez um estado de ânimo que está generalizado na população latina: a decepção enorme com a administração de Obama, por deixar de cumprir com sua palavra de regularização das pessoas indocumentadas nos Estados Unidos, e por replicar e endurecer ainda mais as políticas de criminalização de imigrantes implementadas pelas administrações anteriores (Obama é o presidente que mais pessoas deportou na história dos Estados Unidos).

A desilusão com a política e com os políticos entre muitos latinos é enorme, e no entanto observamos que entre as elites hispânicas existe uma inclinação a apoiar a candidatura de Hillary Clinton que é realmente notável. Creio que Bernie terá dificuldades para convencer pessoas latinas.

A radicalidade do seu discurso e de sua proposta certamente poderá conectar aqueles que não podem exercer seu direito a voto: os imigrantes indocumentados, embora a maioria deles talvez nem acompanhe o que acontece nas campanhas, e talvez vejam a Bernie como um “branquinho” completamente alheio às suas vidas.

Para mobilizar os filhos e filhas desses imigrantes indocumentados, nascidos nos Estados Unidos e por isso cidadãos com direito a votar, será necessário criar uma conexão com os universos latinos, capaz de alterar o estado de coisas presente e estimular esse público.

De qualquer forma, é uma possibilidade incerta. A mobilização do voto entre as pessoas latinas é uma missão altamente complexa, e na qual os Clinton contam com muita vantagem, por sua conexão com o establishment hispânico e com alguns dos dirigentes de referência nos universos latinos.

Link: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Bernie-Sanders-e-a-razao-neoliberal%0a/6/35557>

Em Foco IV

A direita vai com muita sede ao pote

Ao vencer eleições após longa seca, a direita latino-americana pode ser prejudicada pela própria fome de poder

Por Antonio Luiz M. C. Costa

22/01/2016

É comum um partido, ao vencer nas urnas pela primeira vez ou retornar após longo interregno, confrontar-se com as instituições e os demais Poderes do Estado moldados ou dominados por forças rivais ao tentar implementar políticas e nomear adeptos. Foi o caso das esquerdas latino-americanas nas vitórias obtidas no fim dos anos 1990 e primeira década do novo milênio, as quais lidaram com a situação de diferentes maneiras.

No Brasil, tentou-se a conciliação, com cujos problemáticos resultados o governo e a nação hoje têm de lidar. Em outros países, principalmente naqueles onde venceram os movimentos ditos bolivarianos, escolheu-se o enfrentamento, que em alguns casos também cobrou um alto preço. Mas mesmos nesses casos, passou-se pela confirmação da vitória por mais eleições, processos constituintes e referendos dentro de princípios democráticos e com amplo debate público, apesar de forças conservadoras acusarem autoritarismo e inconstitucionalidade.

Bastou, porém, estas terem a chance de vencer uma eleição para um dos Poderes, na Venezuela e Argentina de dezembro de 2015, para se julgarem autorizadas a desmantelar da noite para o dia toda a herança de mais de uma década de hegemonia da esquerda, mesmo se em ambos os casos prometeram manter os programas mais populares e zelar pelas maiorias.

Isso se explica por se verem como legítimos proprietários do poder a expulsar invasores, pôr fim a uma aberração e restaurar a ordem natural das coisas, mas essa convicção pode não ser compartilhada por uma parte decisiva dos eleitores que os puseram nos cargos com a expectativa de uma correção de rumo e não de uma guinada de 180 graus ou os deixaram vencer para “dar uma lição” às próprias lideranças, pois ambas as vitórias foram conseguidas mais pela abstenção de descontentes da esquerda do que por um crescimento do voto de direita. Afobar-se e ultrapassar seu real mandato pode levar a reações não só dos Poderes ainda controlados pela esquerda, como das massas.

O caso mais crítico é a Venezuela. Ali a oposição ganhou 56% dos votos e dois terços do Legislativo, mas os outros quatro Poderes (Executivo, Judiciário, Eleitoral e Popular) continuam bolivarianos. A nova maioria parlamentar priorizou uma anistia para os opositores presos, demanda razoável, apesar do potencial de conflito com o Executivo e o Judiciário, mas também “implementar um mecanismo para mudar o governo em seis meses”, o que não é de sua competência e pode ser feito por meio de um referendo revocatório contra Nicolás Maduro que depende apenas das assinaturas de 20% dos eleitores. Foi invocado em 2004 contra Hugo Chávez (e vencido por ele) quando os chavistas tinham maioria na Assembleia. Maduro referiu-se explicitamente a essa possibilidade e prometeu acatar a decisão da maioria.

Outro choque inútil foi o desacato à suspensão cautelar pelo Supremo Tribunal da posse de 3 dos 112 deputados opositores (e um dos 55 governistas) até o julgamento de uma impugnação do partido chavista PSUV. Em resposta, o Judiciário declarou nulos todos os procedimentos do Congresso. Após uma semana de impasse, durante a qual o deputado chavista e ex-presidente da Assembleia Diosdado Cabello chegou a

sugerir ao Supremo assumir o papel do Legislativo, o novo presidente opositor da Assembleia, Henry Ramos Allup, cedeu e afastou os parlamentares contestados.

Cabello, mais intransigente do que Maduro, é a segunda figura em importância no PSUV, mas perdeu o cargo e parte do prestígio com a derrota e tem interesse em aumentar sua projeção pelo enfrentamento. Foi, porém, preterido na sucessão por Chávez e não parece ter apoio dos militares. Seria de se esperar que a oposição evitasse lhe dar espaço, apresentasse propostas e demonstrasse respeito pelas Forças Armadas, que contiveram os militantes chavistas e garantiram a posse tranquila da nova Assembleia e a festa opositora e às quais cabe garantir uma nova eleição e uma transição pacífica caso a oposição vença o referendo.

Sua opção é, porém, pelo confronto. Ramos Allup mandou retirar os retratos de Chávez e Simón Bolívar (este criado a partir da reconstituição de legistas, com traços mestiços mais evidentes do que nas pinturas tradicionais), que até a véspera dominavam o plenário. “Eu não quero ver um quadro aqui que não seja o retrato clássico do Libertador. Levem essa porcaria para Miraflores (palácio presidencial) ou joguem na privada. Ou levem para as filhas, as viúvas (*de Chávez*)”, diz aos funcionários em vídeo publicado na internet.

Pior que fútil, foi contraproducente. As figuras de Chávez e Bolívar são muito mais populares que o periclitante Maduro e seu partido. Vinculá-los só fez inflamar seus militantes, indispor as massas e dar pretexto a autoridades e militantes chavistas para mostrar sua indignação e espalhar retratos de Chávez e Bolívar por toda parte. Isso deu início, na prática, à campanha pela confirmação do mandato de Maduro. De quebra, enfureceu os generais da Força Armada Nacional Bolivariana e deu ocasião a um ato de desagravo pelo ministro da Defesa, general Vladimir Padrino, contra o “ultraje à FANB, à honra militar e à pátria toda” e reafirmar sua lealdade a Bolívar, “pai da pátria e símbolo sagrado”, Chávez, “comandante supremo” e Maduro, “máxima autoridade do Estado, eleito pelo voto popular”.

Seria de se pensar que Ramos Allup aposta em acirrar os ânimos no quadro de recessão e inflação galopante, em vias de agravamento pela drástica queda dos preços do petróleo, para deflagrar uma guerra civil para motivar uma intervenção externa, o que estaria de acordo com seu perfil.

Em mensagem de 2006 vazada pelo WikiLeaks e intitulada “Ação Democrática: um caso sem esperanças”, Ramos Allup, dirigente desde 2000 desse partido originalmente social-democrata (e vice-presidente da Internacional Socialista desde 2012), era criticado pelo então embaixador dos Estados Unidos em Caracas como “bruto, abrasivo, arrogante e suscetível, o pior problema de seu partido, extremamente centralizado mesmo pelos padrões venezuelanos. Tão excessivamente confiante quanto sem imaginação, dorme sobre louros obsoletos como ‘líder do maior partido de oposição’, título que reivindica repetidamente. Em vez de cortejar os eleitores, sua estratégia política é buscar ajuda internacional”.

Na Argentina, a vitória da oposição neoliberal foi no Executivo, enquanto os peronistas continuam a ser a maioria no Legislativo e deixaram sua herança no aparato legal e no Judiciário, mas o impasse é semelhante. Os 261 decretos de Mauricio Macri em seus primeiros 21 dias de governo, após promessas de acatar as regras democráticas e dialogar com a oposição, puseram suas credenciais democráticas em dúvida até no jornal britânico *Guardian*: “Nem Cristina Kirchner fez algo tão absurdo”, garantiu-lhe o constitucionalista antiperonista Daniel Dabsay sobre as nomeações de dois juizes do Supremo por decreto no recesso do Legislativo, para tentar driblar a maioria kirchnerista do Senado.

Outra medida de constitucionalidade mais que duvidosa foi a revogação parcial da Lei de Mídia, referência para muitos movimentos latino-americanos de democratização da comunicação, seguida pela extinção da Afscsa, agência reguladora criada por Cristina Kirchner e nomeação de um interventor. Na segunda-feira 11, dois juizes suspenderam esses decretos, mas no dia seguinte a polícia impediu a entrada na sede do órgão do titular Martín Sabatella. Ao mesmo tempo, o popular radialista Víctor Hugo Morales era demitido da Radio Continental (do grupo espanhol Prisa, o mesmo de *El País*) por pressão presidencial.

Medidas institucionais não são justificáveis como emergenciais, ao contrário dos decretos econômicos, criticados, mas não legalmente contestados pela esquerda. Isso inclui a liberação do câmbio, alta do dólar de mais de 40% e isenção de impostos para agroexportadores, com déficit público beirando 7%. As demissões de funcionários atingiram 18 mil e devem chegar a 65 mil e os subsídios à eletricidade e ao gás serão retirados pelo menos dos “30% mais ricos”.

É duvidoso se tais medidas poderão equilibrar a balança comercial e baixar o déficit e a inflação, próxima de 30% em 2015. Alimentos, combustíveis e tarifas tiveram fortes altas com a desvalorização, mas o primeiro resultado esperado, a entrada de 400 milhões de dólares em divisas dos exportadores, não se concretizou, talvez porque os cerealistas atrasam as operações com a esperança de ver o dólar subir ainda mais. Enquanto isso, sindicatos kirchneristas e antikirchneristas começam a se unir para exigir compensações pelos aumentos de preços.

Junte-se ao enfrentamento político um ano difícil no cenário internacional e a inexperiência política de um ministério de empresários e tecnocratas neoliberais e pode-se contar com um período mais turbulento que o de Sebastián Piñera no Chile. Antes de Macri, a Argentina teve dois presidentes não peronistas democraticamente eleitos, Raúl Alfonsín e Fernando de la Rúa. Ambos renunciaram antes do fim dos mandatos, sob a pressão de crises catastróficas, das ruas e do movimento sindical. O terceiro começa o governo com mais dogmatismo e vontade de confronto e um quadro político e econômico mais precário.

Link: <http://www.cartacapital.com.br/revista/884/com-muita-sede-ao-pote>

Em Foco V

O contexto internacional e as ameaças ao Brasil e à América Latina

Comissão da Verdade aponta como a repressão atuou nas favelas do Rio de Janeiro durante a ditadura militar. Relatório também detalha os abusos cometidos na época

Por Ricardo Alemão Abreu

26/02/2016

“Nos últimos três anos, a UPMMR [União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha] apresentou diversas queixas e denúncias sobre violências e arbitrariedades cometidas por policiais na Rocinha, tais como: cobertura sistemática dada a grileiros da favela, que procuravam se apossar das terras, expulsando famílias que lá viviam; invasão de barracos; arrombamento de residências; espancamentos de moradores e prisões ilegais; diversos tipos de extorsões cometidas contra trabalhadores ou marginais.

Foram abertas algumas sindicâncias, que não deram em nada, devido à má vontade das pessoas que as dirigiam, e às pressões e intimidações feitas contra as testemunhas”. “Dentro dessa comunidade aqui, os caras quando entravam aqui entravam com olhar assim de: ‘todo mundo é bandido’. Aquelas rondas, aquelas blitz dentro do morro, eles entravam com suporte militar, entravam e desciam com a gente amarrado tipo arrastão de peixe, que você joga aquele espinhal. Todo mundo amarrado na mesma corda, descendo o morro”.

As situações descritas nos dois trechos acima bem que poderiam ter acontecido na semana passada, mas se referem a episódios que ocorreram durante a ditadura militar. O primeiro é um panfleto de 1981 da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), localizado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). O segundo é parte do depoimento de José Fernandes, o Xavante, liderança da Rocinha, prestado à Comissão da Verdade do Rio. Os dois fragmentos fazem parte do capítulo A Ditadura nas Favelas Cariocas do Relatório Final da Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio)

Escrito em colaboração com os pesquisadores Marco Pestana e Juliana Oakim, a análise mostra que as remoções foram uma forma recorrente de violação de direitos. Somente entre 1964 e 1973, atingiram mais de 100.000 pessoas no Rio de Janeiro.

Vigilância

Outro aspecto levantado é que o regime se utilizava de mentiras – o medo de que moradores de favelas poderiam atuar como base para uma revolução comunista – para legitimar suas ações nestes locais, para além do auxílio às remoções: “consolidou-se, assim, uma presença não apenas ostensiva e repressiva, como também voltada para o desenvolvimento de uma ampla vigilância e de exaustivas investigações sobre os indivíduos e grupos politicamente atuantes nas favelas cariocas durante a ditadura”, aponta o relatório.

O Relatório Final da Comissão, instalada com o objetivo de esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, apresenta o resultado de dois anos e oito meses de trabalho. Engloba, entre outros aspectos, pesquisas a respeito do empresariado e da violência aos trabalhadores rurais e urbanos, aos militares perseguidos, aos moradores de favela, à população negra, às mulheres e aos setores LGBT.

Link: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/02/como-a-ditadura-militar-agia-nas-favelas-do-rio-de-janeiro.html>

Espaço Aberto I

A materialidade do conceito de ideologia: aportes sobre o tema

Arthur Montilho A. Batalha *
Maryanna de Souza Moraes **

*“Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação
e a essência das coisas coincidissem imediatamente.”
(Karl Marx. O Capital, III)*

Este artigo resume nossas reflexões iniciais no estudo do conceito de ideologia. Duas principais razões nos direcionaram à pesquisa deste fenômeno na obra marxiana. Primeiro, pela frequência de seu uso no preenchimento de lacunas teóricas, de modo que a diversidade de acepções da própria palavra expande de tal forma o conceito de ideologia que conseqüentemente o reduz. A segunda razão é que nosso estudo não se propõe a uma filosofia contemplativa sobre a questão ideológica de forma autorreferenciada. Assim, trata-se de uma introdução ainda incipiente, posto que sintetize nossa primeira conclusão: não há como pensar ideologia em Marx sem levar em conta o cerne de sua trajetória, as relações sociais concretas dos sujeitos.

A Ideologia Alemã (MARX, 2007) consubstancia o acerto de contas de Marx com o pensamento idealista, sendo a fonte de nossas primeiras reflexões. Ainda que esta obra, à primeira vista, remeta a um compêndio específico sobre o tema, Marx não é um pensador da ideologia. Não obstante a isto, ele avança no que difere uma ideia simplesmente falsa, do fenômeno ideológico. Embora opere pelo descolamento da teoria com a prática, a ideologia só subsiste por meio do real, não estando incrustada apenas em sistemas de ideias.

A formação intelectual de Marx, versada no materialismo da filosofia clássica grega de Demócrito e Epicuro, já apontava para sua convicta trajetória, profundamente afetada pelos estudos hegelianos. Sua posição materialista, alinhavada ao método dialético de Hegel, foi o *démarche* de rigorosas críticas aos jovens hegelianos que se colocavam até então como castiçal mantenedor da tradição filosófica alemã. O vazio especulativista e complacente de Stirner e dos irmãos Bruno e Edgar Bauer, segundo Marx, “continuava a dar pinotes em seu corcel velho-hegeliano (MARX, 2007, p.100).

Ademais, Marx categoriza o materialismo humanista ou contemplativo¹ de Feuerbach como algo incapaz de considerar formulações entre sujeito/objeto, na atividade prática humana sensível, pois somente “[...] enxerga o

¹ Não concebe o sensível como atividade prática, *práxis*.

comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada [...]. Por isso, (não se revela) o significado da atividade [...] ‘prático-crítica’” (MARX, 2007, p.533).

Dado o rigor que Marx empenhava em sua crítica, logo constatou a esterilidade do pensamento que se basta no campo especulativo dos mistérios. A crítica do céu haveria de se converter em crítica da terra, e seu acerto de contas com o velho mestre da filosofia alemã - cujo desenvolvimento de categorias filosóficas com a dialética, o trabalho e a totalidade lhe fora frutuoso – não foi poupado da asseveração crítica.

Incide neste momento a inversão promovida por Marx: o real, ao contrário de Hegel, não estava no ideal, mas na materialidade das relações sociais e na forma que estas são interpretadas. O sujeito histórico não é o Espírito, mas as classes sociais; e o trabalho construído somente de atividade humana necessária não o permitia compreender a exploração, uma vez que “o único trabalho que Hegel conhece e reconhece é o trabalho abstratamente intelectual” (KONDER, 2002, p.36) – disso, essencialmente, considerou sua limitação ideológica.

Foi na reflexão a respeito do Estado que Marx criticou a incapacidade de Hegel chegar à essência das contradições da sociedade capitalista, uma vez que sua dialética encontrava-se de “ponta-cabeça”. Assim, questionou a concepção do Estado enquanto chave formal tergiversada pelo horizonte da propriedade privada:

Qual é o poder do Estado político sobre a propriedade privada? É o próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à sua existência. E o que resta ao Estado político em oposição a essa essência? A ilusão de que é determinante, quando, de fato, é determinado (KONDER, 2002, p.32 apud MEW, I, p.305).

Isto posto, podemos perceber a divisão social do trabalho e subsequentemente a propriedade privada como uma condição sine qua non à distorção ideológica. Nas palavras de Marx:

A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão a partir do momento em que se efetua uma cisão entre o trabalho material e o trabalho espiritual. Desse momento em diante, a consciência pode se convencer de que é algo distinto da consciência da práxis em realização; pode construir uma efetiva representação de algo sem representar algo efetivo. Desse momento em diante, a consciência está em condições de se emancipar do mundo e entregar-se à "pura" teoria, teologia, filosofia, moral etc. (MARX, 2007, p. 35)

Assim, é da divisão social do trabalho, ou do que Konder chamou de "dilaceração do tecido social" perpetrada pela alienação, que se origina a possibilidade de se apartar as ideias do concreto. “Essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, [...] é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado” (MARX, 2007, p.38). Dito de outra forma, é por meio do aparecimento das classes sociais em colisão que a ideologia na acepção marxiana toma seus primeiros contornos.

Nesse aspecto: "a ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma ideia que vincula a ideologia à alienação” (KONDER, 2002, p.31). A cisão entre o produtor e o produto de seu trabalho, mediada pela imposição do proprietário dos meios de produção, condensa nesse produto um poder que domina e ameaça o trabalhador.

Por nossa reflexão a respeito do conceito de ideologia ter seu contorno delineado pela mistificação entre a ideia e a realidade, se faz relevante pensar essa realidade ocultada pelo fenômeno ideológico. E aqui se justifica a pertinência da perspectiva marxiana sobre tal fenômeno, razão pela qual, mais que qualquer outra abordagem, ao descrever a especificidade das trocas de mercadorias, apreendendo a alienação do trabalho, Marx chega ao que difere uma ideia falsa, de ideologia: o vínculo com a práxis. A ideologia só subsiste por meio do real, não estando oculta apenas em sistemas de ideias, mas em formas práticas. Mais que ideários com interesse de classe, são ideias que se tornam socialmente eficazes e se sedimentam em instituições sociais.

No que tange à forma pela qual a ideologia opera, como Marx havia constatado, “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. [...] Por conseguinte, suas ideias são as ideias dominantes da época”(MARX, 2007, p.47). Logo, por terem à sua disposição os meios de produção material, dispõem também dos meios de produção espiritual, inculcando seus ideários no pensamento daqueles aos quais faltam os últimos. Tornando essas ideias uma expressão idealizada, são formulados interesses que se propõem como universais, entretanto trata-se de particulares interesses de classe – interesses dominantes –, pois abarcam uma universalidade ilusória.

A compreensão puramente subjetiva do fenômeno ideológico esvazia o conceito de ideologia. Se o fenômeno ideológico se difere da mera ideia por força das relações materiais de produção, tal conceito é dotado de acepção objetiva. Portanto, é um fenômeno subjetivo e objetivo, quer em sua origem, quer em seus efeitos. É partir deste momento que um dos mecanismos mais sutis e poderosos da ideologia opera: a naturalização. Condições sociais determinadas por relações materiais construídas são lidas como se fossem naturais e intrínsecas à essência do gênero humano, por exemplo.

Ora, se na concepção do curso da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se permanecermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo em que a aristocracia dominou dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., enquanto durante o domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade etc. (MARX, 2007, p.48)

Buscando a origem das ideias que parecem autônomas e, portanto, da questão da ideologia, optamos por deter aqui o acerto de contas de Marx com o hegelianismo e o exame crítico das relações entre os homens durante o processo de produção e reprodução social. Por fim, registramos a necessidade de resgatar uma análise crítica dos minimalismos conceituais, fruto da condição polissêmica a que a ideologia é submetida. É nessa perspectiva que propomos a volta aos estudos da obra de Marx e do objetivo da crítica, não por sua aparência, mas como expressão concreta do descolamento do pensamento e da história.

Palavra-chave: Ideologia; Marx; Materialismo

Bibliografia:

KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

* Graduando em Serviço Social pela UNIGRANRIO e voluntário no Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC).

** Graduanda na Faculdade de Direito da UERJ, pesquisadora bolsista no Centro da Justiça e Sociedade / FGV-Rio) e voluntária no Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC).

Espaço Aberto II

Conjuntura Nacional: uma análise sobre a crise política e econômica brasileira

Kelvin de Aguiar Santos*

Introdução

A América Latina está em crise. É uma crise política, por ser, de certo modo, uma crise de representatividade e também das experiências de centro-esquerda latino-americanas do início do século XXI;² e é uma crise econômica, conforme José Manuel Salazar-Xirinachs, diretor regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe explicita, informando que, nos últimos três anos, a América Latina tem sido afetada pela desaceleração da economia cujos efeitos cumulativos podem ser descritos como uma crise em câmera lenta:

Por pelo menos dez trimestres consecutivos, a região tem experimentado uma queda nas taxas de crescimento que causou uma diminuição na taxa de ocupação (-2,9 pontos percentuais). Em comparação, na crise ou choque financeiro de 2009, os efeitos duraram quatro trimestres, a taxa de ocupação caiu apenas 1,8 ponto e, como sabemos, a recuperação foi rápida.³

Porém, nesse artigo será focado especificamente a crise brasileira e a sua conjuntura, por conta de sua dimensão e densidade, além dos fatos extremamente delicados e decisivos que ocorreram e estão por ocorrer.

1 Crise Econômica

O Brasil vive um momento de profunda crise tanto política quanto econômica na qual a incerteza vigora sobre os passos futuros do país. Participante do BRICS, o Brasil não é o único do grupo envolto numa crise econômica. Aliás, todos os seus integrantes estão em apuros. Conforme diz Perry Anderson, em seu artigo para a London Review of Books, os países do grupo, considerados os dinamos do crescimento enquanto todo o ocidente estava imerso na pior crise financeira e recessão econômica desde a Grande Depressão, torna-se a preocupação da vez:

A China, acima de todos eles, por causa do seu peso na economia global: produção desacelerada e um Himalaya de dívidas. A Rússia: sitiada, com a queda dos preços do petróleo e as sanções tirando seu quinhão. A Índia: segurando melhor as pontas, mas com preocupantes revisões estatísticas. A África do Sul: em queda livre. As tensões políticas emergem em cada um deles: Xi e Putin respondem às tensões com força bruta, enquanto Modi vai se afundando nas pesquisas e Zuma é jogado na lama junto com seu próprio partido. Todavia, em nenhum outro lugar as crises política e econômica se fundiram de forma tão explosiva quanto no Brasil, cujas ruas no último ano viram mais manifestantes do que o resto do mundo combinado.⁴

Apesar da crise econômica brasileira ser ao mesmo tempo a crise do capitalismo mundial, não podemos deixar de falar na crise da esquerda na América Latina, em especial no Brasil, onde o projeto do Partido dos Trabalhadores (PT) não promoveu rupturas com a agenda neoliberal.

Não há como datar o início da crise com exatidão. Sabe-se que houve um aumento no PIB brasileiro no primeiro e na metade do segundo mandato de Lula na ordem de 4,2% ao ano.⁵ Resumindo, o que basicamente houve foi uma crise política desde 2005, sopesada pela sequência de vitórias eleitorais; uma crise econômica mundial com reflexos no país a partir de 2008, chocando-se com um forte crescimento em anos anteriores; uma crise social a partir de 2013, com grandes revoltas sociais que teve o seu estopim com o aumento das passagens de ônibus em várias cidades do país, tendo uma correspondente narrativa de crise a

²MASCARO, Alysson Leandro. *Crise Brasileira e Direito*, do blog da Boitempo.

<http://jornalggn.com.br/noticia/a-crise-mundial-a-crise-da-esquerda-na-america-latina-e-a-crise-politica-no-brasil>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:41.

³SALAZAR-XIRINACHS, José Manuel, diretor regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe. <https://nacoesunidas.org/artigo-nos-ultimos-tres-anos-america-latina-vive-crise-em-camera-lenta/>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:41

⁴ANDERSON, P.. A CRISE NO BRASIL. Blog Boitempo. Artigo publicado originalmente na edição de Abril da London Review of Books; A tradução é de Fernando Pureza, para o Blog Junho, 2016. <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>. Visto por último em 30/04/2016 às 14:31.

⁵CURADO, Marcelo. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula.

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:30

partir de então; e, depois, a soma de todas essas crises que chega a momentos agudos a partir do final de 2014.

2 Crise Política

A atual crise política brasileira foi dada a partir do governo Dilma Rousseff. Perry Anderson nos ajudará a ter uma análise mais lúcida, vista de fora: Até aí, a crise brasileira estava dada pela crise econômica, agravada no seu governo. No começo de seu primeiro mandato, houve a mesma política contra o superaquecimento da economia, instituída por Lula, alegrando, por assim dizer, a imprensa financeira. Mas com a queda vertiginosa do crescimento, e com as finanças globais indo de mal a pior, o governo decide criar um "pacote de medidas", priorizando investimentos em desenvolvimentos subsidiários. Porém, conforme diz, novamente, Perry Anderson, ao invés de decolar, a economia desacelerou:

*de um crescimento medíocre de 2,72% em 2011 para mero 1% em 2012. Além disso, com uma inflação que já ultrapassava os 6%, em abril de 2013 o Banco Central aumentou os juros de forma abrupta, minando assim a base da "nova matriz econômica" de Guido Mantega, o ministro da Fazenda.*⁷

Eis que no final do primeiro mandato de Dilma em 2013 e com a insatisfação do aumento das passagens de ônibus, além das medidas impopulares tomadas pelo governo federal, houve as chamadas "manifestações de 2013", onde pessoas foram às ruas protestar, a princípio, contra o aumento das passagens de ônibus em diversas cidades do país, mas que tornou-se uma onda de insatisfação para com diversas atitudes do governo, seja ele federal, estadual ou municipal. As manifestações, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), tornaram-se o centro de todo o processo de mobilização popular no ano de 2013, recebendo em troca, uma extrema força repressiva dos agentes policiais, causando grande indignação no povo. Conforme diz Thiago Perez Bernardes de Moraes e RomerMottinha Santos, no artigo conjunto "Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira":

Ao que tudo indica tal mobilização só ganhou corpo por conta do poder 'mobilizatório' das redes sociais, que recentemente também foi bastante impactante em momentos sociais no Oriente Médio, Estados Unidos e Europa. Por conta de razões estruturais cresce o nível de descontentamento no mundo e a crise de representação política hoje se dá em nível mundializado. Como resposta, em todo mundo temos presenciado uma série de manifestações populares.⁸

Com o fim do seu primeiro mandato, e com a bomba chamada "lava jato" - cujo PT é um dos principais partidos envolvidos nos escândalos de corrupção junto com o PP de Paulo Maluf e PMDB das raposas velhas da política, como Sarney, Henrique Eduardo Alves e o próprio vice presidente Michel Temer - prestes a explodir, seu índice de aprovação caiu drasticamente. Mas mesmo assim, Dilma consegue seu segundo mandato na presidência contra o ex governador de Minas Gerais, Aécio Neves com uma margem de aproximadamente 4 milhões de votos a mais. Dilma perde no Sudeste mas consegue se reerguer com a ajuda do seu eleitorado do Nordeste. Houve uma análise por um tempo de que São Paulo estaria tornando-se mais conservador que os últimos anos, pelo baixo número de votos para Dilma em relação aos outros candidatos. Mas será correta essa análise? Caio Dezorzi diz que não. Ao fazer um amplo estudo sobre a "onda conservadora" em SP e no Brasil como um todo, Caio tira a conclusão que nem sempre quem ganha as eleições burguesas é quem tem apoio da maioria real da sociedade. Dezorzi ainda diz que o fato de o sistema eleitoral brasileiro "jogar no lixo" as anulações, abstenções e os chamados "voto em branco" servem para distorcer o resultado das eleições. Nas eleições de 2014, Dilma ficou com 30,29%, N.D.A (Nenhuma das Alternativas, ou seja votos inválidos, brancos e nulos) ficou com 27,17% dos votos, e só depois vem o

⁶MASCARO, Alysso Leandro. Crise Brasileira e Direito, do blog da Boitempo.

<http://jornalggn.com.br/noticia/a-crise-mundial-a-crise-da-esquerda-na-america-latina-e-a-crise-politica-no-brasil>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:41.

⁷ANDERSON, P.. A CRISE NO BRASIL. Blog Boitempo. Artigo publicado originalmente na edição de Abril da LondonReviewof Books; A tradução é de Fernando Pureza, para o Blog Junho, 2016.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>. Visto por último em 01/05/2016 às 15:54

⁸MORAES, Thiago. P.B; SANTOS, Romer. M. "Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira". <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4713950>. Visto por último em 03/05/2016, às 17:45.

candidato Aécio Neves com 24,43% dos votos. Já em 2006, 17 milhões de eleitores a menos, Lula fica em primeiro lugar com 37,06% dos votos, em segundo lugar vem Geraldo Alckmin com 31,74%, em terceiro N.D.A, com 23,76%. Cita:

Se fôssemos nos deixar levar pelo impressionismo, em 2006 aparentemente havia uma “onda conservadora” muito maior do que agora! Afinal, o candidato tucano, mesmo num universo de quase 17 milhões de eleitores a menos, teve 5 milhões de votos a mais que seu colega Aécio Neves em 2014! Uau! Que “onda conservadora” essa de agora onde o PSDB perdeu 5 milhões de votos nos últimos 8 anos mesmo com 17 milhões de eleitores a mais! Claro que isso se explica em grande parte porque em 2006 a polarização era “PT x PSDB” e desde 2010 Marina Silva entrou em campo, como uma espécie de “3ª via” eleitoral. Mas esta migração de votos do PSDB para Marina representa o crescimento de uma “onda conservadora”? Pelo contrário! Por mais que nós saibamos muito bem que Marina defenda os mesmos interesses que o PSDB e que tenha seu programa completamente submetido aos interesses do capital, a maior parte dos que votam nela não vê desta forma. Votam em Marina por pura ilusão de que ela represente algo novo, uma “nova política”. E não se pode dizer que quem quer “o novo” é conservador. Isso seria um contrassenso em si. Marina pode ser conservadora, já seu eleitorado pode ser confuso, iludido, mas não conservador.⁹

Ao desmitificar a "onda conservadora" e citar o início da crise política atual no país, analisaremos os próximos passos, decorrentes da eleição de 2014 que parece nunca ter acabado.

2.1 Presidente da Câmara

Sucessor de Henrique Eduardo Alves, seu correligionário do PMDB, Eduardo Cunha assumiu a Presidência da Câmara dos Deputados em 2014. Investigado por receber propina pela Operação Lava-Jato, além de contas não declaradas na Suíça, e com várias denúncias feitas pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, Eduardo Cunha se mantém no poder por ser um manipulador e um excelente (infelizmente) articulador. Ao ter seu nome em jogo no Conselho de Ética, e não tendo o apoio do PT para evitar sua cassação, Cunha revanchista aceita um pedido de impeachment contra Dilma Rousseff e faz manobras – ainda - postergando seu julgamento no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

2.2 Impeachment

O processo de *Impeachment*, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 refere-se à crimes cometidos pelo Presidente da República. Neste sentido, prevê o caput do artigo 85 da CRFB/88 que “são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal”. Após acolhido, e tendo admitida a denúncia de crime pelo Poder Legislativo e julgado procedente pelo Senado Federal, o governante será destituído de seu cargo. Porém, sendo o processo de Impeachment de natureza jurídico-política, ou seja, não valendo apenas da vontade política, deve o governante ter cometido um crime de responsabilidade. Portanto surge a indagação: Dilma Rousseff cometeu crime de responsabilidade?

A presidente da República foi acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal por conta das chamadas "pedaladas fiscais", bem como a abertura de créditos suplementares sem a devida autorização legal. Segundo Ricardo Lodi Ribeiro, as pedaladas fiscais "nada mais são que um apelido dado ao sistemático atraso nos repasses de recursos do Tesouro Nacional para que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal paguem benefícios sociais como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, seguro desemprego, crédito agrícola etc"¹⁰:

Os defensores da tese da criminalização das pedaladas alegam que a medida se traduz, na verdade, em operação de crédito entre a União e os bancos federais, o que seria vedado pela Lei Complementar 101/200, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). (...) o nosso Direito Financeiro positivo define o que é uma operação de crédito, quando se encontram no polo passivo as pessoas jurídicas de direito público, no artigo 3º da

⁹DEZORZI, Caio. "Não Existe Onda Conservadora no Brasil, nem em SP".

<http://www.marxismo.org.br/content/nao-existe-onda-conservadora-no-brasil-nem-em-sp> visto por último em 01/05/2016 às 16:28

¹⁰RIBEIRO, Ricardo Lodi. Pedaladas hermenêuticas no pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff.

<http://www.conjur.com.br/2015-dez-04/ricardo-lodi-pedaladas-hermeneuticas-pedido-impeachment>. Visto por último em 04/05/2016, às 07:15

Resolução 43/2001 do Senado Federal, a quem compete dispor e limitar as operações de crédito contraídas pelos entes federativos, de acordo com o artigo 52 da Constituição Federal. Nesse conceito, como é óbvio, não pode ser inserido qualquer montante constante no passivo contábil da entidade pública. De acordo com tais definições senatoriais, não é possível enquadrar na acepção do termo *operações de crédito*, o nascimento de débitos com instituições financeiras decorrentes do inadimplemento de obrigações contratuais, como a ausência de repasses de recursos para o pagamento de prestações sociais pelos bancos públicos. Não se pode confundir *operação de crédito*, que tem um regramento jurídico próprio, inclusive quanto à vedação contida no artigo 36 da LRF, com o nascimento de um crédito em decorrência de um inadimplemento contratual, que, obviamente, não sofre as mesmas restrições. A União, como qualquer outro contratante, deve responder pelo inadimplemento das obrigações por ela assumidas com as instituições financeiras que contrata, ainda que seja controladora dessas entidades¹¹.

Portanto, sendo o processo de impeachment de Dilma Rousseff apenas político - já que segundo Ricardo Lodi, não há crime de responsabilidade fiscal - mas com uma falsa camada jurídica, baseada em "pedaladas hermenêuticas", cria-se todo um processo de responsabilização de Dilma por crime de responsabilidade fiscal, mesmo não havendo a imputação de crime, tornando-se claramente uma tentativa de golpe. Um golpe disfarçado nos meandros jurídicos, e com intenções políticas bem claras de, apenas, livrarem-se de Dilma e salvarem seus pescoços das investigações da Polícia Federal.

2.3 A Esperança de Dilma

Para barrar o impeachment em sua primeira fase na Câmara Federal, Dilma precisaria de 171 votos contra. Com o rompimento das legendas como PR, PP e principalmente de seu antigo aliado PMDB de Michel Temer e Eduardo Cunha da base aliada, a presidente precisaria das forças de um excelente articulador. Eis que Lula entra em cena. Ao nomear Lula para a Casa Civil com a intenção de articular e angariar votos a favor de Dilma e contra o processo de impedimento, a presidente comprou briga com quase todo o legislativo e apoiadores do impeachment, além de Sérgio Moro, juiz da Operação Lava-Jato. A ligação de Luiz Inácio com Moro é tensa. O petista é investigado pelo juiz, além da lava-jato, por ter um sítio em Atibaia, cuja construção teria sido feita por uma construtora participante de licitações do governo federal, tendo rendido uma condução coercitiva ao ex presidente, para prestar depoimento. A indicação de Lula para a Casa Civil forçou Moro a dar sua última jogada: A divulgação de áudios da presidente e do Luiz Inácio, com intenção de causar comoção nacional por uma possível "fuga de foro", evitando a posse de Lula, o que consegue com êxito, porém, violando o foro privilegiado de Dilma.

2.4 O Processo do Impeachment na Câmara

Sem Lula na "articulação oficial" do governo, a presidente perde os indecisos para a oposição. Com um placar final de 367 a favor e 127 contra, com dedicatórias a família e Deus, o processo de impeachment é aprovadono dia 17 de Abril desse ano, passando para o Senado.

2.5 O Processo de Impeachment no Senado

Passado o processo na Câmara, o próximo passo é o Senado. Na casa legislativa, serão feitos os mesmos procedimentos da Câmara, exceto pelo fato de que no Senado não será julgado a admissibilidade somente, mas o julgamento se houve ou não um crime de responsabilidade fiscal imputado pela presidente. Com maioria simples a favor do impedimento, Dilma se afastará do cargo por 180 dias, deixando o Vice, agora oposição, Temer, no comando do país. Nesses dias afastados, será julgada a presidente em si. Após o julgamento, havendo verificação de crime, Dilma sai do comando do país, deixando o cargo definitivamente para seu vice. Caso contrário, a presidente volta ao seu cargo e o processo é arquivado.

2.6 Temer o Temer?

Michel Temer, ex aliado de Dilma e do PT, ex presidente do PMDB e vice presidente da república, agora oposição, articula para chegar ao poder. Temer trabalhou para que houvesse o impeachment da Dilma na Câmara, e trabalha pelo mesmo resultado no Senado. Além de convencer os deputados e senadores, o

11RIBEIRO, Ricardo Lodi. Pedaladas hermenêuticas no pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff. <http://www.conjur.com.br/2015-dez-04/ricardo-lodi-pedaladas-hermeneuticas-pedido-impeachment>. Visto por último em 04/05/2016, às 07:15

pmdebista já monta sua pasta de ministros para um eventual governo. Dentre esses nomes, está o de José Serra para a o Ministério de Educação e Cultura¹². Serra, psdbista nato e conhecido por sua paixão pela privatização, será um nome que colocará medo aos progressistas e defensores da educação pública.

3 Considerações Finais

Após a análise feita, fica nítida a gravidade da crise no Brasil. Uma possível ruptura de governo e uma substituição por alguém que poderá ser o oposto do plano de Dilma (por mais que não tenha havido o cumprimento de grande parte da vertente de esquerda), trairá mais ainda os eleitores que dedicaram seus votos à um projeto progressista. A admissibilidade de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade pode ser claramente chamado de golpe, e o é. As manobras do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, é digna de séries televisivas dos bastidores da política. De toda forma, o processo está nas mãos do Senado Federal, e de lá, o clima é tenso para os governistas. Resta saber se o golpe há de se concretizar, ou o audacioso projeto da base aliada no Senado de eleições gerais tirará o impeachment da mão dos golpistas.

Referências

ANDERSON, P.. A CRISE NO BRASIL. Blog Boitempo. Artigo publicado originalmente na edição de Abril da LondonReviewof Books;A tradução é de Fernando Pureza, para o Blog Junho, 2016.

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/21/perry-anderson-a-crise-no-brasil/>. Visto por último em 30/04/2016 às 14:31.

BIZERRA, Fernando Jr. "Michel Temer prepara primeiro escalão com nomes de confiança de Lula e FHC". http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/27/politica/1461789077_302232.html?rel=mas. Visto por último em 01/05/2016 às 22:42.

CURADO, Marcelo. Uma Avaliação da Economia Brasileira no Governo Lula.

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/Especial%20Capa/Marcelo%20Curado.pdf>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:30.

DEZORZI, Caio. "Não Existe Onda Conservadora no Brasil, nem em SP".

<http://www.marxismo.org.br/content/nao-existe-onda-conservadora-no-brasil-nem-em-sp> visto por último em 01/05/2016 às 16:28.

MASCARO, Alysson Leandro. Crise Brasileira e Direito, do blog da Boitempo.

<http://jornalggn.com.br/noticia/a-crise-mundial-a-crise-da-esquerda-na-america-latina-e-a-crisepolitica-no-brasil>. Visto por último em 01/05/2016 às 13:41.

MORAES, Thiago. P.B; SANTOS, Romer. M. "Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas nawareb, e o caso da Primavera Brasileira".

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4713950>. Visto por último em 03/05/2016, às 17:45.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. Pedaladas hermenêuticas no pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff.

<http://www.conjur.com.br/2015-dez-04/ricardo-lodi-pedaladas-hermeneuticas-pedido-impeachment>. Visto por último em 04/05/2016, às 07:15

SALAZAR-XIRINACHS, José Manuel, diretor regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para América Latina e Caribe.

* Graduando da Faculdade de Direito da UERJ e pesquisadora bolsista no Programa de Estudos da América Latina e Caribe (PROEALC).

¹²BIZERRA, Fernando Jr. "Michel Temer prepara primeiro escalão com nomes de confiança de Lula e FHC" http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/27/politica/1461789077_302232.html?rel=mas. Visto por último em 01/05/2016 às 22:42.

<https://nacoesunidas.org/artigo-nos-ultimos-tres-anos-america-latina-vive-crise-em-camera-lenta/> . Visto por último em 01/05/2016 às 13:41.

Agenda Acadêmica

15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)

Data: 5 a 9 de setembro de 2016

Local: Olinda (PE)

Link: <http://www.cbas2016.com.br/>

Com o tema “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”, o 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) será realizado de 5 a 9 de setembro de 2016, em Olinda (PE), sob organização do CFESS, do CRESS-PE, da Abepss e da Enesso. As inscrições já estão abertas pelo site www.cbas2016.com.br.

Em 2016, o evento comemorará algumas datas significativas para a trajetória da profissão. Os 80 anos de criação do primeiro curso marca o início do Serviço Social no Brasil. Além disso, são 60 anos de fundação da Abepss e 20 anos das Diretrizes Curriculares.

Reconhecidamente consolidado como o maior congresso da categoria de assistentes sociais, na 15ª edição o evento apresentará algumas mudanças em seu formato, que são resultado de avaliações acumuladas pelas entidades organizadoras ao longo de sua realização (clique aqui e conheça as novidades). O evento contará com três grandes conferências centrais e 10 plenárias simultâneas.

O presidente do CFESS, Maurílio Matos, convida a categoria a participar e destaca a importância do evento para o Serviço Social. “O próximo CBAS será inesquecível, pois estaremos comemorando os 80 anos do Serviço Social no Brasil. Estão previstas diversas atividades - acadêmicas e culturais - em torno do tema”, informa o conselheiro.

Apresentação de trabalhos e Lançamento de livros

Conforme é feito em todos os CBAS, assistentes sociais poderão inscrever trabalhos, que deverão ser apresentados sob a forma de pôster, não havendo mais a apresentação na modalidade oral. A ideia é promover a divulgação e reflexão do trabalho de assistentes sociais.

A inscrição e o envio de trabalhos devem ser feitos pelo site oficial do evento: www.cbas2016.com.br, no qual estão disponíveis todas as instruções e orientações.

Quem se inscrever no evento e quiser lançar livros poderá encaminhar a proposta de publicação de livro da sua própria autoria, com temáticas afins à do evento, enviando e-mail para paraalvo1@alvoeventos.com.br até 10 de agosto de 2016. As regras para esta atividade também estão no site oficial do 15º CBAS.

Caso tenha dúvidas ou queira saber mais, escreva para:

Inscrições: inscricoes@alvoeventos.com.br

Trabalhos: trabalhos@alvoeventos.com.br

Geral: alvo@alvoeventos.com.br

7º Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Data: 9 a 12 de outubro de 2016

Local: Cuiabá / UFMT

Link: <https://www.abrasco.org.br/site/2016/01/7o-congresso-brasileiro-de-ciencias-sociais-e-humanas-em-saude/>

A Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (CCSHS/Abrasco) anuncia seu 7º Congresso que acontecerá na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), tendo como tema central “Pensamento crítico, emancipação e alteridade: agir em saúde na (ad)diversidade”.

O tema central do encontro expressa as preocupações de pesquisadores do campo das Ciências Sociais e Humanas em Saúde com a atual situação, extremamente complexa e desafiadora, de “sermos sociedade”, e decorre da reflexão sobre a pluralidade de experiências sociais nos seus mais diferentes níveis e sobre os respectivos contrastes e tensões que carregam no contexto contemporâneo e que se expressam na vida de pessoas e coletividades.

O Congresso pretende reunir pesquisadores, docentes, profissionais, estudantes de pós-graduação e graduação nas áreas de ciências humanas e sociais voltadas para a saúde e participantes de movimentos sociais envolvidos

Prazos, datas e demais informações iniciais: Para prosseguir com o modelo adotado nas últimas realizações e corroborar o processo de construção coletiva do 7º CBCSHS, a Comissão convida os interessados a formarem grupos temáticos (GTs) para o evento. São os GTs que promovem as discussões temáticas do evento e sistematizam, agrupam e realizam as sessões de comunicação dos trabalhos submetidos ao Congresso – verdadeiras peças-chave para o sucesso e a qualidade do evento. **As propostas devem ser encaminhadas até 15 de março por meio de formulário eletrônico**

Os interessados devem elaborar ementa com até 300 palavras contendo objetivos e justificativa que expresse a relevância da proposta e potencial de contribuição para o campo das CSHS; apresentar público-alvo da temática sugerida e indicar até três (03) nomes para a função de coordenadores, sendo que necessariamente um deles deve possuir título de doutor e ter experiência no campo das Ciências Sociais e Humanas em saúde.

Serão valorizadas propostas que promovam prioritariamente o diálogo inter-regional, seguido do diálogo inter-institucional e interdisciplinar, levando em conta também as interfaces entre sociedade civil/movimentos sociais, gestão e práticas cotidianas dos e nos serviços de saúde. **A divulgação oficial das propostas selecionadas será realizada após 28/03**, com o lançamento do site do Congresso na sequência.

Uma vez aprovado o GT, será responsabilidade dos coordenadores indicar lista de revisores dos trabalhos a serem avaliados e/ou selecionar a partir de nomes já existentes no banco da Abrasco; coordenar o processo de avaliação dos trabalhos submetidos ao GT, monitorando o cumprimento de prazo pelos avaliadores *ad hoc* indicados; e elaborar planilha final dos trabalhos aprovados, indicando as sessões de comunicações orais e comunicações breves para os três dias de evento.

A construção do GTs visa também a experimentação de novas formas de organização e de financiamento do próprio congresso, dado o compromisso político de independência e de autonomia da Abrasco frente às

grandes corporações e grupos de interesses – sejam estatais ou privados – e ao próprio quadro econômico vivenciado por toda a sociedade. As propostas devem buscar formas de auto-financiamento, uma vez que não é possível garantir que haverá custeio de passagem e hospedagem para os coordenadores de GTs.

Lançamentos

MAZZEO, Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil Origens da autocracia burguesa. São Paulo, Editora Boitempo, 2015.

Em *Estado e burguesia no Brasil*, o sociólogo Antonio Carlos Mazzeo faz uma reflexão sobre a formação econômico-social brasileira, desde sua colonização até o fim do século XX, acentuando a peculiaridade funcional da nossa burguesia. Mazzeo traça um amplo panorama que compreende o diálogo com prestigiados estudiosos da história brasileira, como Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, e os processos políticos que nosso país viveu ao longo do século XX, em especial no pós-1930, incluindo o golpe de 1964 e seus desdobramentos.

O livro é composto por cinco partes, incluindo um estudo da transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, as mudanças daí decorrentes no sistema econômico e como esse processo afetou a lógica colonizadora dos países europeus e, conseqüentemente, os países colonizados. O capitalismo na América, o reformismo conservador no Brasil e questões acerca do Estado nacional e seu desenvolvimento também são temas comuns ao longo da obra.

Estado e burguesia no Brasil recupera a clássica impostação crítico-dialética para oferecer uma inovadora síntese das “raízes do Brasil” contemporâneo. Através da crítica marxista, Mazzeo debate a história do povo brasileiro transcendendo os muros da academia e dando uma crucial contribuição ao debate sociopolítico e econômico do país.

“Esta obra de Antonio Carlos Mazzeo revela o estudioso interessado em investigar com zelo e refinamento a gênese sócio-histórica da autocracia. Envolvendo-se em assuntos tidos como resolvidos e acabados, ou ao menos já investigados e divulgados, nem por isso deixa de mostrar caminhos para novas reflexões, afastando os enganos e as deformações interpretativas”, afirma o sociólogo Evaldo Amaro Vieira.

José Paulo Netto, professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreve na Apresentação que *Estado e burguesia no Brasil* expõe “um breve trato teórico-categorial de instrumentos heurísticos do marxismo e uma arguta polêmica com estudiosos qualificados da dinâmica capitalista na conjuntura de sua gênese como sistema mundializado, com o foco na articulação das emergentes sociedades americanas e brasileira àquela dinâmica”.

[A partir da Apresentação de José Paulo Netto e do texto de orelha de Evaldo Amaro Vieira]

LOWI, Michael. Ideologias e Ciência Social – elementos para uma análise marxista. São Paulo, 20ª edição, Cortez Editora, 2015. (Reedição, revista e ampliada)

Ideologias e Ciência Social - elementos para uma análise marxista resultou de um ciclo de conferências realizadas pelo autor no Brasil em junho de 1985. Aborda algumas observações gerais sobre o conceito de ideologia, sobre o que seria uma análise dialética de ideologia e como se poderia relacionar ideologia, ou utopia, com a prática política e social. Analisa ainda a relação entre a ideologia e o conhecimento, começando por uma discussão sobre o positivismo, em seguida, sobre o historicismo e sobre o marxismo. O texto apresenta um cunho didático e simplificado, sem um rigor necessariamente científico.

Expediente

Reitor

Prof. Dr. Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Profª Dra. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação

Profª Dra. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof Dr. Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Profª Dra. Elaine Ferreira Torres

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Msc. Domenico Mandarino

Coordenadora do PROEALC

Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Coordenação de Produção

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Mônica Suely Mendes de Abreu

(PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Arthur M. A. Batalha (PROEALC/CCS/UERJ)

Kelvin de Aguiar Santos (PROEALC/CCS/UERJ)

Maryanna de S. Moraes (PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação

Andreia de S. Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)

Mariana Carpenter (ISERJ/FAETEC)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.